

# Aula Teórica 10

Março de  
2017

Economia II



LISBON  
SCHOOL OF  
ECONOMICS &  
MANAGEMENT  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

- **Aula Teórica 10**

**Sumário:**

5.3. Saldos orçamentais e poupança pública

5.4. Dívida pública

**Bibliografia:**

Amaral et al. (2007), cap. 3

- Economia II – Estes materiais não são parte integrante da bibliografia da unidade curricular.

### Objetivos da aula:

No final desta aula o aluno deverá ser capaz de:

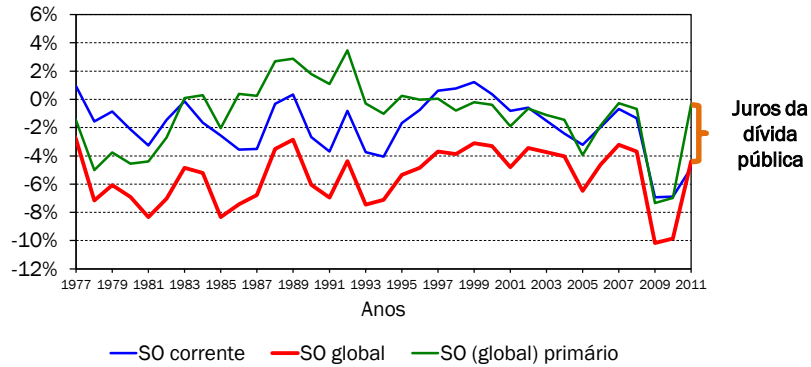
- Compreender a relação existente entre o saldo orçamental, a poupança do Estado e a dívida pública.
- Compreender e aplicar as funções de comportamento assumidas para o Estado.

## 5.3. Saldos orçamentais e poupança pública

### Saldos orçamentais:

- Saldo Orçamental ( $SO$ ) = Receitas - Despesas
  - Se  $SO > 0$  temos um superáвите (ou excedente).
  - Se  $SO < 0$  temos um défiçe.
- Diferentes conceitos de saldo orçamental:
  - Saldo Corrente = Receitas Correntes - Despesas Correntes
  - Saldo Global (ou convencional) = Receitas totais (sem emissão de dívida) - Despesas totais (sem amortização de dívida)
  - Saldo Primário = Saldo Global + Juros da dívida pública

Saldos Orçamentais em Proporção do PIB em Portugal (preços correntes): 1977-2011



Fonte: [Comissão Europeia \(2012\)](#).

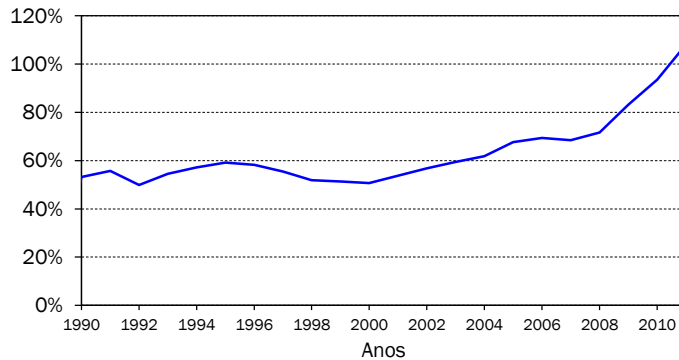
## 5.4. Dívida pública

Relação entre saldo orçamental, poupança e dívida públicas:

- A poupança do Estado iguala o saldo orçamental.
- Se  $SO < 0$  (défice), há necessidade de financiamento do Estado.
- Para financiar os défices:
  - É possível emitir moeda. ➔ **Não é possível em Portugal!**
  - É possível vender ativos. ➔ **Privatizações (dívida "negativa").**
  - É possível emitir dívida pública.
- A variação da dívida pública (nominal) é o simétrico do Saldo Orçamental global (nominal):

$$\Delta B_t = B_t - B_{t-1} = -SO_t^{(N)}$$

**Dívida Pública Bruta em Proporção do PIB em Portugal (preços correntes): 1990-2011**



Fonte: [Comissão Europeia \(2012\)](#).

Para simplificar, vamos admitir (para já) que só há três tipos de despesa pública:

- Consumo público (nominal):  $P_t \cdot G_t$
- Transferências do Estado para as famílias (nominais):  $P_t \cdot TR_t$
- Juros da dívida pública:  $i_t \cdot B_{t-1}$

Vamos também admitir que só existe um tipo de receita pública:

- Impostos (nominais):  $P_t \cdot T_t$

Desta forma temos:

$$B_t - B_{t-1} = P_t \cdot G_t + P_t \cdot TR_t + i_t \cdot B_{t-1} - P_t \cdot T_t \Leftrightarrow$$

$$\Leftrightarrow \frac{B_t - B_{t-1}}{P_t} = G_t + TR_t - T_t + i_t \cdot \frac{B_{t-1}}{P_t}$$

Interessa-nos, muitas vezes, o peso destas variáveis no PIB:

- Pacto de Estabilidade e Crescimento:  $SO_t/Y_t = (SO^N_t/P_t)/Y_t > -0,03$ .
- Limite da UEM para dívida:  $B_t/(P_t \cdot Y_t) < 0,60$ .

Após algumas manipulações matemáticas obtemos:

$$\Delta b_t \equiv b_t - b_{t-1} = \underbrace{\gamma_t - \tau_t}_{\text{Peso do défice primário no PIB}} + \frac{r_t^v - g_{Yt}}{1 + g_{Yt}} \cdot b_{t-1}$$

- Onde temos:

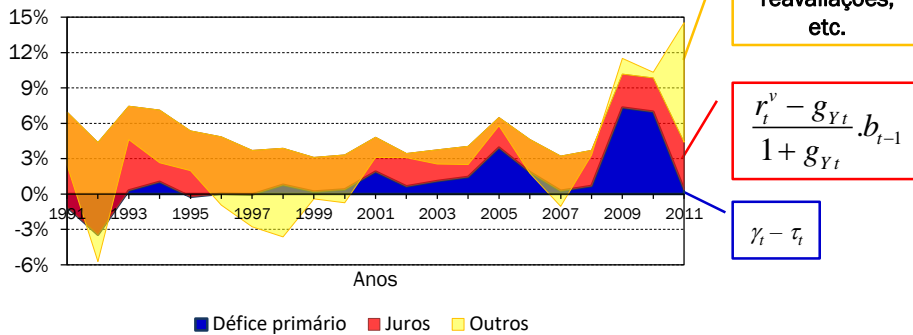
- $b_t = B_t/(P_t \cdot Y_t)$  – rácio da dívida real pública no final do período  $t$  no PIB do período  $t$ , ou coeficiente da dívida;
- $\gamma_t = G_t/Y_t$  – peso do consumo público no PIB no período  $t$ ;
- $\tau_t = (T_t - TR_t)/Y_t$  – peso dos impostos líquidos de transferências no PIB no período  $t$ ;
- $r_t^v = (i_t - \pi_t)/(1 + \pi_t)$  – taxa de juro real verificada (ex post) no período  $t$ ;
- $g_{Yt} = Y_t/Y_{t-1} - 1$  – taxa de crescimento do PIB real no período  $t$ .

A variação do coeficiente da dívida depende num determinado período  $t$ :

- do peso do défice primário no PIB;
- da diferença entre a taxa de juro real e a taxa de crescimento do PIB;
- do coeficiente da dívida no final do período anterior.

Mas existem operações sobre a dívida que não são contabilizadas no défice.

Decomposição da Variação da Dívida Pública Bruta em Proporção do PIB em Portugal (preços correntes): 1991-2011



Fonte: [Comissão Europeia \(2012\)](#).

Com existência de impostos e transferências, o Estado afeta o rendimento disponível das famílias.

- Vamos assumir que apenas existem impostos diretos.
- Ignoramos também as transferências correntes de e para o exterior.
- Da mesma forma, assumimos que todos os lucros gerados nas empresas são distribuídos às famílias.

$$Y_d = Y - T + TR$$

A função de comportamento do Estado na obtenção de receitas é dada por:

- Pretendemos modelizar as intenções de receita fiscal (a preços constantes).
- Pressupõe-se que estas receitas são uma função linear do rendimento primário da economia.

$$T = \bar{T} + t.Y$$

$$0 \leq t < 1 \qquad \bar{T} \geq -t.Y$$

As funções de comportamento do Estado na realização de despesas são determinadas por:

- Pretendemos modelizar as intenções de consumo público (a preços constantes).
- Pressupõe-se que estas despesas são decididas exogenamente ao modelo, i.e. não dependem de nenhuma das outras variáveis económicas tratadas.

$$G = \bar{G} \geq 0$$

- O mesmo se passa com as intenções de transferências para as famílias (a preços constantes).

$$TR = \bar{TR} \geq 0$$

- Economia II – Estes materiais não são parte integrante da bibliografia da unidade curricular.